



Prefácio

Neusa Maria Dal Ri

Como citar: DAL RI, Neusa Maria. Prefácio. *In:* SANTOS, Ellen Felício dos. **Rompendo a cela de aula:** educação e trabalho no MST. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.11-16. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-509-4.p11-16>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

Embora sua gênese seja anterior, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado oficialmente em 1984, no eclipse da ditadura militar. Após alguns anos de crescimento, o MST ganhou notoriedade no Brasil e internacionalmente e, hoje, é um dos maiores e mais conhecidos movimentos sociais da América Latina.

No início, o MST congregou pessoas interessadas em obter terra como meio de trabalho e renda, tais como ex-pequenos proprietários, assalariados rurais e urbanos, posseiros, meeiros e outros segmentos de trabalhadores da terra destituídos de propriedade. À medida que foi crescendo, o MST continuou organizando esses tipos de trabalhadores, porém, a eles somaram-se os que obtiveram a terra por meio da luta, ou seja, os assentados.

Os acampamentos formados quando se ocupa a terra e os assentamentos derivados da reforma agrária são as organizações básicas do MST. Nelas as famílias estão organizadas por meio dos núcleos de base, brigadas, coordenações eleitas e assembleias gerais para a tomada de decisões. De cinco em cinco anos ocorre o Congresso Nacional, a instância superior de decisão do MST, que discute e aprova o programa e as linhas políticas para o próximo quinquênio, e a cada dois anos são realizados os Encontros Nacionais para discussão de tarefas mais específicas. As várias instâncias do Movimento têm autonomia para realizarem as discussões e tomadas de decisões de acordo com as problemáticas regionais e/ou locais.

A ocupação de terras devolutas ou improdutivas e os assentamentos geraram um fenômeno diferenciado no MST que designamos de territorialização. A partir de seu *território* o Movimento cria e desenvolve o que metaforicamente denominamos de *economia política* do MST.

A economia política tem uma posição estratégica na reprodução do Movimento. Além de ser a base de subsistência dos assentados, ela

possibilitou a construção dos sistemas cooperativista e educacional do MST, dentre outras ações.

O interesse pelo MST como parceiro em atividades e como objeto de estudo é um fato. A origem desse interesse encontra-se no acontecimento de que o MST é altamente organizado, desenvolveu diferentes táticas de luta e contribuiu para trazer de volta à história um tema que parecia superado pelo progresso, qual seja, a luta pela terra e reforma agrária.

O MST adquiriu notoriedade por várias razões: por sua presença em todo o território nacional; por suas táticas e métodos de luta; pela audácia com que tem enfrentado as políticas neoliberais; por suas campanhas de solidariedade com os mais pobres; por suas características de movimento altamente organizado e, certamente, pelos resultados que vem obtendo na produção agrária e na educação. A condição de organizador da educação e de uma economia política específica, dentre outros atributos, contribuiu para instigar o interesse sociológico em relação ao MST. Além disso, há outro aspecto bastante importante.

Em geral, movimentos sociais e outras organizações de trabalhadores têm ideias próprias a respeito de como a sociedade deve organizar a educação e o trabalho. Partidos políticos e sindicatos ligados aos trabalhadores, por exemplo, usualmente têm uma visão própria sobre a educação e o trabalho e, geralmente, organizam palestras, cursos livres de qualificação, mesas de debates etc. sobre os assuntos. O mesmo acontece com vários outros movimentos sociais. Contudo, não é comum que organizações populares coloquem em prática suas ideias a respeito desses temas. Neste quesito, o MST apresenta uma condição diferenciada. As ações iniciadas e consolidadas no transcurso de quarenta anos de lutas pela reforma agrária permitiram ao MST construir uma espécie de economia política, que abarca milhares de famílias assentadas e acampadas. E, concomitantemente à constituição dessa economia, o Movimento também construiu uma rede de escolas próprias ou sob sua influência, que denominamos de sistema educacional do MST.

Para atender ao grande contingente de famílias que vivem nos acampamentos e assentamentos, o MST criou cursos de alfabetização de jovens e adultos, cursos técnicos de nível médio e médio integrado, como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Agroecologia, e cursos

de nível superior, como Pedagogia da Terra, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia e História, e ainda gerencia inúmeras escolas públicas de educação básica, que estão em seus territórios.

A partir de um esforço reflexivo teórico-prático, o MST criou uma pedagogia própria, denominada *Pedagogia do Movimento*, que é diferente daquela que predomina na escola estatal oficial. Essa Pedagogia é decorrente, principalmente, do fato de o Movimento ser um lutador político e de sua conexão com a economia política desenvolvida nos assentamentos.

A Pedagogia do Movimento apresenta princípios filosóficos e pedagógicos, bastante distintos dos comumente encontrados em outras teorias. Desses princípios, destacamos os mais importantes e que são aplicados em suas escolas: a educação para a transformação social; a gestão democrática e a auto-organização dos estudantes; e o vínculo entre ensino e trabalho produtivo.

Com referência à educação para a transformação social, algumas características se sobressaem no fazer pedagógico. A educação do MST é uma educação de classe, ou seja, voltada para o fortalecimento do poder popular e para a formação de militantes para as organizações de trabalhadores e para o MST. Em última instância, objetiva desenvolver com os estudantes a consciência de classe. Além disso, essa educação está organicamente vinculada ao Movimento. Nas palavras do Movimento: a maior escola é o próprio MST. Disso deriva que, embora teoria e prática devam caminhar juntas, a prática precede a teoria. Para desenvolver a consciência crítica é necessário desenvolver sujeitos capazes de intervir e transformar a realidade material, ou seja, passar da crítica à intervenção na realidade.

A organização e a gestão da escola são elementos fundamentais de qualquer sistema ou unidade de ensino, pois, dependendo de como elas se processam, a vivência na escola pode ser democrática ou não. Para vivenciar a democracia, o MST propõe para as suas escolas a gestão democrática e a auto-organização dos alunos. Para o Movimento, a gestão democrática compreende dois pontos fundamentais: a direção coletiva dos processos pedagógicos; e a participação dos envolvidos no processo de gestão escolar. A direção coletiva de cada processo pedagógico implica a participação efetiva da comunidade na gestão da escola, bem como a relação desta com o conjunto

de escolas ligadas ao Movimento e sua subordinação crítica e ativa aos seus princípios. Para o MST, a direção coletiva é uma forma de garantir a participação de todas as pessoas na tomada de decisões, de dividirem-se as tarefas e as funções de acordo com as qualidades e as aptidões pessoais e, também, de superação do paternalismo e do presidencialismo. O Movimento entende por auto-organização o direito dos estudantes se organizarem em coletivos, com tempo e espaço próprios, para analisar e discutir as suas questões, elaborar propostas e tomar decisões com o objetivo de participarem como sujeitos da gestão democrática do processo educativo e da escola. A principal instância de decisão é a assembleia geral, da qual participam os envolvidos no processo pedagógico, professores, alunos, funcionários das escolas, pais e comunidade local.

Um dos princípios norteadores da pedagogia e da organização escolar do MST é o estabelecimento do vínculo entre o ensino e o mundo do trabalho. A ligação entre ensino e trabalho produtivo nas escolas do Movimento ocorre da seguinte forma.

Nos cursos desenvolvidos nas escolas do MST aplica-se a denominada pedagogia da alternância, ou seja, os cursos são organizados em etapas, cada uma delas constituídas por dois tempos: tempo escola e tempo comunidade. O tempo escola é o tempo no qual os alunos desenvolvem um conjunto de atividades teóricas do curso e a participação na gestão escolar. O tempo comunidade é o tempo no qual os alunos retornam aos acampamentos ou assentamentos realizando trabalhos produtivos vinculados ao curso ou delegados pelas instâncias do MST.

Os estudantes trabalham também durante o tempo escola no qual ficam na instituição. Eles atuam em três setores básicos: a) na manutenção e conservação da escola; b) nas unidades de produção; c) na gestão coletiva da escola. Um dos trabalhos mais importantes que os alunos realizam é a gestão da escola, a qual é compartilhada com professores e funcionários. Convém ressaltar que o trabalho realizado nas escolas pelos alunos não é uma simulação laboratorial, mas trabalho real que de algum modo se articula com a economia. Entretanto, o seu significado é ao mesmo tempo educativo, cumprindo, assim, uma das premissas da abordagem pedagógica do MST que é a de ligar organicamente o ensino e o trabalho.

E é exatamente sobre esta temática que o livro intitulado *Rompendo a cela de aula: educação e trabalho no MST*, de Ellen Felício dos Santos, se debruça.

No estudo desta temática, Santos procurou desvendar como o MST operacionaliza a articulação entre educação e trabalho produtivo ou útil, em especial, tendo como objetos empíricos o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, do Assentamento Marcos Freire, e a Escola Itinerante Herdeiros do Saber, do Assentamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizados no município de Rio Bonito do Iguçu, Estado do Paraná.

A pesquisa de Ellen Felício dos Santos apresentada agora ao público é relevante por vários motivos.

Primeiro porque tem como objeto de estudo uma temática importante, cujo projeto foi elaborado e implantado por um movimento social, que almeja uma formação crítica e emancipatória para os seus membros.

Segundo porque em sua análise, a autora coloca em destaque os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do MST, em especial a visão teórico-prática do vínculo entre educação e trabalho do Movimento, que difere da visão burguesa, já que seus objetivos estão voltados para a classe trabalhadora.

E, por fim, porque a pesquisa possui rigor científico e está sendo apresentada em um momento econômico-político e, sobretudo, educacional ainda dramático para o país. Dentre as várias ações dos desgovernos que comandaram o país no período de 2016-2022, encontram-se a tentativa de eliminação dos pequenos proprietários rurais, a perseguição atroz ao MST, e a destruição da educação e suas instituições, em especial o encerramento dos Programas Educacionais voltados para os povos do campo. Desse ponto de vista, apresentar um estudo que coloca em epígrafe a experiência educacional de um movimento social que luta por reforma agrária, educação pública para todos, justiça e igualdade é também um ato de resistência.

Os atributos positivos deste livro o elevam a uma leitura de referência para os leitores e leitoras interessados no tema da educação do MST.

Verão de 2024
Neusa Maria Dal Ri

